

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 29 DE**
3 **SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H, NA SALA DO CONSELHO SUPERIOR, NO**
4 **MUSEU DE ARTE MURILO MENDESx.**

5 Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 14 horas, na
6 Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, sob a Presidência do
7 Magnífico Reitor Prof. Dr. Júlio Maria Fonseca Chebli, e com as presenças dos
8 Conselheiros: Gessilene Zigler Foine, Frederico Freire Rosa, Valéria Faria, Ana Cláudia
9 Peters Salgado, Lyderson Facio Viccini, Altemir José Gonçalves Barbosa, Clarisse
10 Cassab Torres, Ivana Lúcia Damásio Moutinho, Gisele Moreira, Aline Araújo Passos,
11 Ana Paula Ferreira, André Luis Marques Marcato, André Silva Martins, Andréa
12 Vassalo Fagundes, Ângelo Atalla, Cristina Simões Bezerra, Zuleyce Maria Lessa
13 Pacheco, Gilmar José dos Santos, Hélio Antônio da Silva, Jorge Carlos Felz Ferreira,
14 Luciane Tasca, José Otávio do Amaral Correa, Lílian Pinto da Silva, Lourival Batista de
15 Oliveira Júnior, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Mauricio Gattas Bara Filho,
16 Neiva Ferreira Pinto, Ricardo Cristófaro, Sandro Rodrigues Mazorche, Wilhelm
17 Passarela Freire, Albert Milles Souza, Andressa Alves de Oliveira Dutra, Vinícius
18 Munin Siqueira de Castro, Juliano Zancanelo Rezende, Larissa Gonçalves Araujo
19 Brandão, Mariana de Almeida Pinto, Igan Manieri Silveira, Maria dos Remédio P. da
20 Silva, Paulo Dimas de Castro, Rosângela Márcia Frizzero, Márcia Aparecida de Paula e
21 Souza, Ricardo Bonfante, José Pedro de Paula, realizou-se mais uma reunião do Egrégio
22 Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o
23 Senhor Presidente iniciou a reunião justificando a ausência dos Conselheiros: Marcos
24 Vinício Chein Feres, Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Henrique Duque de Miranda
25 Chaves Filho. Na mesma oportunidade, o Senhor Presidente deu boas vindas à
26 Conselheira Luciane Tasca, vice-diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A
27 Conselheira Ana Paula Ferreira sugeriu a inversão da ordem da pauta, visando antecipar
28 a discussão acerca da Revogação da Resolução 24/2015, que é o ultimo item da Ordem
29 do Dia, tendo em vista o assunto já estar sendo discutido indiretamente pelos membros
30 do Conselho. A Conselheira Ana Cláudia Peters fez coro ao pedido de inversão da
31 pauta. A Conselheira Gisele Moreira, representante da Apes, destacou a importância de
32 manter em pauta a discussão do processo da Fadepe, uma vez que como foi solicitada a
33 vista do processo na última reunião, a qual não foi realizada, é imprescindível que a
34 discussão seja realizada durante a reunião. Ela informou que não havia problema na
35 inversão da pauta, desde que seja garantida a discussão do processo da Fadepe. Já o
36 Conselheiro Ricardo Bonfante, representante do Sintufejuf, manifestou-se contrário a
37 inversão, pois gostaria de aguardar os membros do sindicato chegar. Não havendo
38 consenso sobre o assunto, o Presidente realizou votação para definição da inversão da
39 pauta, cujo resultado foi a aprovação por maioria da inversão da pauta, com 24 (vinte e
40 quatro) votos favoráveis, 13 (treze) votos contrários e 2 (duas) abstenções. O Sintufejuf
41 solicitou a entrada de fotógrafo para registro da reunião, o que foi aprovado por
42 unanimidade. O Senhor Presidente ressaltou que a proposta de adiamento do início das
43 aulas de forma alguma vai interferir nos movimentos paredistas e que o retorno efetivo
44 das atividades acadêmicas na UFJF, como em outras instituições, só será possível
45 quando findar os movimentos de greve. A Conselheira Ana Claudia Peters destacou que
46 a resolução deveria ser revogada, pois a mesma implica em um impedimento legal para
47 o retorno das atividades, caso sejam terminadas as greves. A Conselheira destacou que a
48 preocupação é a possibilidade dos movimentos grevistas terminarem e ser necessário
49 convocar uma nova reunião do Consu para só então poder liberar o antigo calendário e,
50 depois, convocar reunião do Congrad para reelaboração do calendário. Ela ressaltou que

1 o calendário que efetivamente vai guiar as ações de 2015, do segundo semestre de 2015,
2 ou 2015.3 em diante, será elaborado e aprovado no Congrad, que é a instância certa para
3 aprovação do calendário acadêmico. Desta forma, a Conselheira solicita a revogação da
4 Resolução para, tão logo os movimentos paredistas consigam chegar ao término dos
5 seus movimentos, seja possível convocar uma reunião extraordinária do Congrad com
6 essa finalidade. A Conselheira informou que o assunto da revogação da Resolução foi
7 levado ao Congrad e que dos 58(cinquenta e oito) presentes, 52 (cinquenta e dois)
8 apoiaram este posicionamento em relação à revogação da Resolução. A Conselheira
9 Aline Passos destacou a importância da necessidade de se assumir um compromisso
10 coletivo de garantir o retorno das atividades com um padrão mínimo de qualidade e
11 infraestrutura. Ressaltou a importância do Consu se manifestar de maneira responsável e
12 que o retorno às aulas depende também de se ter condições de infraestrutura. O
13 Presidente destacou que tão logo os TAEs retornem haverá uma força de trabalho para
14 corrigir grande parte dos problemas e que, além disto, haverá licitação de empresa para
15 a manutenção do Campus. No que tange aos professores substitutos, o Presidente
16 informou que não houve a concordância do comando de greve, mas que este assunto
17 precisa ser negociado, pois algumas disciplinas precisam destes professores. A
18 Conselheira Maria dos Remédios manifestou-se contrária a proposta de revogação da
19 Resolução por entender que a decisão de se suspender o calendário também foi tomada
20 por consequência da greve dos TAEs, que ainda permanece. O Conselheiro Paulo
21 Dimas também pontuou que não considera pertinente a revogação da suspensão do
22 calendário em meio aos movimentos de greve. O Conselheiro Igan Silveira ressaltou
23 que o CONCADA (Conselho de Centros e Diretórios Acadêmicos) se reuniu para
24 definir um posicionamento em relação à pauta de revogação da suspensão do calendário
25 acadêmico. Além disto, o Conselheiro informou que o CONCADA se reuniu no dia
26 anterior com o Pró-reitor Alexandre Zanini para que o mesmo pudesse trazer
27 esclarecimentos acerca da realidade orçamentária da UFJF. Segundo Igan Silveira,
28 Zanini informou que há 25 milhões de reais para finalizar o período letivo, contudo, o
29 ideal, segundo Zanini, é que houvesse 33 milhões de reais. Neste sentido, o Conselheiro
30 Igan informou que o CONCADA vê com insegurança a realidade orçamentária da UFJF
31 para que haja um período letivo de qualidade. Desta forma, o Conselheiro informou que
32 o CONCADA é contrário à revogação da suspensão do calendário acadêmico enquanto
33 não forem atendidas as condições necessárias para que haja aulas de qualidade. O
34 CONCADA elaborou uma série de condições para que se posicione a favor da
35 revogação da suspensão do calendário acadêmico, conforme apresentado pelo
36 Conselheiro Igan: que nenhuma categoria esteja em greve; que o edital do primeiro
37 semestre do apoio seja concluído; que seja lançado edital complementar; que haja
38 garantia de que haverá materiais de infraestrutura necessária para todos os cursos; que
39 sejam retomadas as bolsas de pesquisa e extensão; que sejam cumpridos os
40 compromissos firmados para com o movimento Ocupa UFJF; e que as moradias
41 estudantis sejam finalmente entregues. A Conselheira Neiva Ferreira Pinto pontuou a
42 importância de se apreciar a questão da revogação como uma questão prática, a qual o
43 Conselho tem competência para solucionar. Neiva se posicionou a favor da revogação,
44 destacando que a revogação não irá interferir nos movimentos grevistas. A Conselheira
45 Ivana Moutinho também destacou que a revogação nada tem a ver com o receio dos
46 movimentos grevistas, mas sim de liberar imediatamente o Conselho de Graduação de
47 fazer novo calendário. A Conselheira Cristina Bezerra destacou que a suspensão do
48 calendário foi motivada também pela questão do orçamento e que isto deve ser levado
49 em consideração. A Conselheira destacou quatro itens apontados pela Faculdade de
50 Serviço Social que devem ser considerados, a saber: a questão orçamentária, tendo em

vista que a questão do orçamento foi equacionada, mas não resolvida; os problemas relacionados à manutenção do Campus e de infraestrutura; a situação do quadro de Recursos Humanos, ou seja, se haverá TAEs e professores suficientes, pois houve o fim do abono de permanência e a proibição de concursos para o ano que vem; e a situação em relação ao apoio estudantil. O Sr. Presidente esclareceu que, em relação ao orçamento, a Universidade está seguindo uma regra do governo e deverá fazer todos os empenhos possíveis até outubro, devendo o mesmo ser feito pela Pro-reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ele destacou que janeiro, fevereiro e março é outro ano e já irá trabalhar com recursos de 2016. Desta forma, com a conversão de capital para custeio, dará para a Universidade voltar às suas atividades. Em relação ao apoio estudantil e à situação do quadro de Recursos Humanos, o Sr. Presidente passou a palavra para o Conselheiro Frederico Rosa e a Conselheira Gessilene Foine, respectivamente. O Conselheiro Frederico Rosa, respondendo aos questionamentos apresentados, informou que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) atende, por meio de auxílio emergencial, cerca de três mil estudantes. Segundo o Conselheiro, a maioria destes estudantes está concorrendo no Edital 01/2015. Ressaltou que este auxílio foi um acordo feito com a Pró-Reitora anterior, Professora Joana Machado, junto com a administração superior, durante o movimento Ocupa UFJF. O Conselheiro pontuou que para a conclusão do referido edital foi necessária a contratação de um serviço de especialidade de assistente social e que esta contratação demandou tempo, por ser um processo licitatório mais complexo, que tramita por várias instâncias da UFJF até a efetiva contratação da empresa. No momento, a empresa contratada já está em funcionamento e as avaliações têm ocorrido de maneira satisfatória. A previsão é de entrega do edital concluído em outubro. Com relação à moradia estudantil, o Conselheiro Frederico Rosa explicou que depende de um regulamento a ser apreciado pelo Consu. Este regulamento está sendo confeccionado com representação da Proae, da Prograd, da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, de 5 (cinco) assentos para os discentes, sendo que dois com direito a voto, além de um assento do sindicato (SINTUFEJUF) e um assento da Faculdade de Direito, que seria uma representação jurídica. Destacou que já foram realizados alguns encontros e a que ideia é que se caminhe de forma mais rápida possível, pois o entendimento é que a entrega do prédio é essencial para as condições de permanência. A Conselheira Clarice Cassab destacou que considera necessário que seja esclarecida a situação orçamentária da UFJF, no sentido de elucidar quais foram as alterações que ocorreram, se comparado em relação à situação anterior, que justificava a suspensão do calendário. Pontuou a necessidade de que haja garantia de condições mínimas de funcionamento da Universidade. O Presidente do Consu, Júlio Chebli, esclareceu que o que mudou foi a conversão de capital para custeio, pois na época em que se definiu pela suspensão do calendário não havia o prazo para pedir esta conversão. Contudo, o MEC liberou o prazo e a UFJF solicitou 25 (vinte e cinco) milhões de conversão, de capital pra custeio, sendo que 8 (oito) milhões vieram imediatamente e 17 (dezessete) milhões virão no decorrer do ano. A Conselheira Andressa de Oliveira pontuou que apoia a decisão do CONCADA de não revogação do calendário e destacou que considera um erro o Conselho ter culpado a greve dos TAEs como motivo para a suspensão do calendário e que, na sua opinião, o motivo real seria a má gestão da Universidade, já que foram gastos mais de 60% da verba anual em menos de meio período. O Conselheiro André Martins destacou que considera que a argumentação que sustenta a revogação da Resolução para não se perder tempo para a confecção do calendário letivo é frágil, pois não vê dificuldades em se convocar o Conselho para deliberar sobre o assunto, tendo em vista que há vários mecanismos para que se possa assegurar a convocação do Consu e fazer a revogação em

tempo necessário. Pontuou, também, que um dos problemas que fundamentam a suspensão do calendário foi a impossibilidade de realização de matrícula, devido a greve dos TAEs. Destacou que este problema permanece e que entende que revogar o ato administrativo de suspensão do calendário gera um ato político de proporções de desgaste, pois vai revogar sinalizando que há condições para voltar, no momento em que essas condições não estão objetivamente dadas. Desta forma, em nome de poupar desgastes políticos, o Conselheiro André destacou a necessidade de manter a revogação e, assim que o cenário mudar, o Conselho se reuniria para tomar a decisão com serenidade. O Conselheiro Altemir José, em consonância com o exposto pelo Conselheiro André, destacou que a resolução poderia ser revogada quando do término da greve dos TAEs. Após amplo debate entre os Conselheiros, com divergências de posicionamento acerca da revogação da Resolução 24/2015, o Sr. Presidente do Consu procedeu à deliberação, sendo que: 21 (vinte e um) conselheiros se manifestaram favoráveis à revogação imediata; 12 (doze) conselheiros votaram a favor da revogação vinculada ao término da greve dos TAEs e 09 (nove) conselheiros se manifestaram contra a revogação. Não houve abstenção. Aprovado por maioria. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente passou para o item 1 da pauta **Processos de Recurso de Concurso Público**, cuja relatora é a Conselheira Aline Araújo Passos. **Processo Nº 23071.002191/2015-09 – ICH/Depto. Ciências Sociais - Interessado Wagner Silveira Rezende.** A Conselheira Aline procedeu à leitura de seu parecer e, na conclusão, considerando todos os elementos que constam dos autos e ratificando os fundamentos apresentados pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, opinou pela negativa de provimento ao recurso administrativo interposto, mantendo-se o resultado final do concurso público n. 274. Realizada a votação secreta. Os escrutinadores foram os Conselheiros Frederico Rosa e Márcia Aparecida de Paula. O Conselho deliberou, por maioria, a manutenção do resultado do concurso (ou seja, pela negativa de provimento ao recurso interposto), com 35 (trinta e cinco) votos contrários ao provimento do recurso; 6 (seis) votos a favor do recurso e 1 (uma) abstenção. O Presidente do Consu, então, deu prosseguimento para o outro processo de recurso de concurso público. **Processo Nº 23071.009834/2015-37 – Faculdade Engenharia / Depto. Transporte e Geotecnica – Interessado Carlos Eduardo Meurer.** A Conselheira Aline explicou que foi necessário remeter o processo novamente à Pró-Reitoria de Recursos Humanos tendo em vista a necessidade de mais informações acerca dos componentes da banca para que se possa fazer o relatório, pois se trata de recurso que alega suspeição da banca examinadora, devido relação de amizade com candidatos que foram aprovados em segundo e terceiro lugares. Desta forma, o processo saiu de pauta. Em seguida, a Conselheira Aline apresentou o parecer referente ao **Processo Nº 23071.003422/2015-93 – Medicina GV/Depto. Med/Fst - Interessado Adhemar Dias de Figueiredo Neto.** A Conselheira explicou que neste processo ela havia solicitado ao presidente da banca para apresentar os motivos pelos quais o candidato havia sido reprovado. A Conselheira então procedeu à leitura da justificativa apresentada pelo presidente da banca e, a seguir, apresentou o seu parecer, no qual, considerando todos os elementos que constam dos autos e ratificando os fundamentos apresentados pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, opinou pela negativa de provimento ao recurso administrativo interposto, mantendo-se o resultado final do concurso público n. 298. Realizada a votação secreta. Os escrutinadores foram os Conselheiros Vinícius Munin e Neiva Ferreira. O Conselho deliberou por maioria a manutenção do resultado do concurso (ou seja, pela negativa de provimento ao recurso interposto), com 32 (trinta e dois) votos contrários ao provimento do recurso; 1 (um) voto a favor do recurso e 7 (sete) abstenções. A seguir, o Presidente deu prosseguimento

1 ao item de pauta seguinte **Processo Nº 23071.009566/2015-53 – Relatório de**
2 **Gestão/Prestação de Contas FADEPE/JF- Exercício 2014 (Relator: Conselheiro**
3 **Lourival Batista de Oliveira Júnior).** O Presidente do Consu, Júlio Chebli, destacou
4 que a APES havia pedido vista do processo e que, neste momento, cabe ao Conselho
5 Superior ratificar ou não o parecer do conselho curador da FADEPE. Passou a palavra
6 para o relator do processo, o Conselheiro Lourival Batista, o qual destacou que já havia
7 procedido à leitura e que o material, bem como o relatório, já estavam disponíveis há
8 algum tempo. Lourival destacou também que o material com os questionamentos da
9 APES, bem como a resposta da fundação foram disponibilizados para os conselheiros.
10 Portanto, o Conselheiro destacou que é de conhecimento geral todas as posições e
11 ressaltou que a ratificação por parte do Conselho é algo importante. Em seguida, o
12 Presidente abriu para debates. A Conselheira Gisele Moreira ponderou que houve falta
13 de zelo na elaboração do relatório, destacando que há terminologias utilizadas de formas
14 equivocadas, imprecisões numéricas, “cerca de, mais ou menos, etc”, formações
15 confusas, gráficos inadequados e sem tabelas explicativas, erros de totalização de
16 percentuais e apresentação recorrente de quantias significativas sem detalhamento da
17 origem de recurso, ausência de especificação de critérios de alocação e seu
18 detalhamento de destinação. Ressaltou que além das pendências citadas, algumas
19 questões ainda que contempladas produzem estranheza por não terem sido apresentadas
20 na primeira prestação de conta, como, por exemplo, a manifestação do TCU no projeto
21 vôlei. A Conselheira alertou para o fato de que uma prestação de conta deve primar por
22 detalhamentos imprescindíveis à compreensão do relatório para que a transparência das
23 informações seja mantida no espaço institucional e leve responsavelmente à sua
24 aprovação nas instâncias deliberativas. Ao final de sua fala, manifestou-se contrária a
25 aprovação do relatório. O Conselheiro Maurício Bara informou que apesar das
26 considerações não serem direcionadas a ele, como coordenador do projeto Voleibol,
27 entende a necessidade de responder a alguns questionamentos. Em relação às instâncias
28 aprovadas, como diretor de uma unidade acadêmica, informou que não deixaria nunca
29 que um projeto passasse por alguma instância sem aprovação. Explicou que o projeto
30 foi aprovado no departamento de Desportos da Faculdade de Educação Física, no
31 Conselho de Unidade e percorreu todo o caminho indicado pelo setor de convênios, isto
32 é: Pró-Reitoria de Pesquisa, de Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e, num segundo
33 momento, passando pela procuradoria da própria Universidade. Só após todo esse
34 percurso, o projeto, o convênio foi assinado e consolidado. Ele ressaltou que não se trata
35 apenas de um time de vôlei, mas um projeto de extensão com um forte apelo, forte
36 integração com a pesquisa e graduação. Maurício apresentou alguns resultados do
37 projeto: 4 (quatro) teses de doutorado, 8 (oito) dissertações de mestrado, 15 (quinze)
38 trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós graduação, 20 (vinte) artigos
39 científicos já publicados em processo de submissão e elaboração, 25 (vinte e cinco)
40 cursos gratuitos para a comunidade acadêmica. Mais de 500 (quinhentas) matrículas
41 realizadas. Um campo de estágio em esporte de alto rendimento. Cinco mil crianças
42 atendidas em visitações e iniciação esportiva, com dois núcleos: um no Jardim
43 Esperança e um na zona norte, pra crianças socialmente carentes. O Conselheiro André
44 Martins destacou que sua expectativa é que haveria uma reapresentação do relatório,
45 uma atualização do relatório em função da própria resposta oferecida pela direção da
46 Fadepe, na medida em que a própria fundação reconhece uma série de imprecisões.
47 Desta forma, o Conselheiro solicitou esclarecimentos se haverá ou já houve uma
48 atualização do relatório a partir das imprecisões já declaradas pela direção da FADEPE.
49 O Conselheiro Lourival informou que foi acrescentada, como um anexo ao final do
50 processo, a resposta da direção da fundação aos questionamentos feitos pela Apes. O

1 Conselheiro Altemir pontuou que seria interessante ter a presença do Diretor da
2 FADEPE, André Cabral, como convidado, para que se possa pensar na aprovação do
3 relatório. O Presidente do Consu, Júlio Chebli, destacou que não vê problemas na
4 presença de André Cabral no Conselho. Sugeriu que questionamentos do Conselho
5 também fossem remetidos diretamente a FADEPE. Destacou que independente do que
6 se decida no Consu, é importante que questões adicionais sejam levadas ao Diretor
7 Executivo da FADEPE. Pontuou que a gestão estabeleceu como rotina, desde o ano
8 passado, que todas as contas da FADEPE sejam disponibilizadas *on line*, além de todos
9 os convênios, contas e pagamentos. Ressaltou que isto, inclusive, foi um acerto com o
10 MPF (Ministério Público Federal) com relação a todas as fundações, o qual exige que as
11 fundações tenham esse tipo de conduta. Destacou que a página da FADEPE está
12 atualizada. A Conselheira Andréa Vassalo informou que concorda com o Conselheiro
13 Lourival quando o mesmo informa que as questões foram levantadas, já foi votado no
14 Conselho Curador e que cabe, agora, a reiteração das respostas dadas aos
15 questionamentos da Apes. Ressaltou que considera pertinente que as respostas tenham
16 sido anexadas ao processo e que, neste momento, cabe ao Consu avaliar e votar se é
17 favorável ou não ao relatório. O Conselheiro Hélio Antônio, esclarecendo as
18 ponderações apresentadas pelo Conselheiro André Martins, informou que a aprovação
19 de contas no Conselho Curador da FADEPE é feita antes de julho, oportunidade em que
20 esta prestação também é encaminhada ao MPE. Desta maneira, se a FADEPE, ao
21 receber as recomendações tiver que reelaborar outro relatório, para aprovar de novo no
22 conselho curador, para, depois, enviar de novo no MP, pode haver um atraso
23 considerável, inclusive na prestação de contas junto ao MPE. Contudo, o Conselheiro
24 informou que os próximos relatórios virão com essas recomendações apresentadas. O
25 Conselheiro Hélio parabenizou a FADEPE por ter sido humilde em reconhecer os erros
26 e acatar as recomendações. O Conselheiro André Martins destacou que sua preocupação
27 não é de criar uma tensão política em relação à FADEPE, pelo contrário, já que
28 reconhece todo o trabalho desenvolvido pela entidade. Ressaltou que sua preocupação é
29 a aprovação do relatório com as imprecisões, que são reconhecidas. Ele ressaltou que
30 bastaria simplesmente atualizar, aprovar *ad referendum* do conselho curador e atualizar
31 todo esse procedimento. Destacou que não gostaria de votar contra o relatório, contra a
32 prestação de contas, mas nos termos em que estão colocados, se o relatório não for
33 modificado, retirado de pauta para ajustes, será obrigado votar contra, ainda que
34 reconheça o trabalho sério dos trabalhadores que lá estão. Informou que a preocupação é
35 basicamente o Consu ser arguido, a FADEPE ser arguida, já que foram identificados
36 problemas. Ressaltou que já que se verificaram as inconsistências é difícil fazer a
37 aprovação se elas não forem corrigidas. Após amplo debate e considerações acerca do
38 relatório, o Presidente do Consu deu prosseguimento a deliberação, cujo
39 encaminhamento foi a aprovação do relatório e o envio das sugestões a serem
40 incorporadas no relatório. Foram 25 (vinte e cinco) votos favoráveis ao relatório, 10
41 (dez) votos contrários e 5 (cinco) abstenções. Relatório aprovado por maioria. O
42 Conselheiro Vinícius Munin, retornando ao item de pauta relacionado à revogação da
43 Resolução 24/2015, solicitou esclarecimentos ao Presidente do Consu, Júlio Chebli,
44 sobre quais seriam os trâmites burocráticos, tendo em vista a revogação da suspensão do
45 calendário. Ele questionou se o Congrad já iria se reunir. O Presidente do Consu
46 explicou que o Congrad irá esperar a finalização da greve dos TAEs e dos professores
47 para que pudesse se reunir para a elaboração do novo calendário. A Conselheira Cristina
48 Bezerra solicitou que constasse em ata este compromisso da administração superior de
49 que não há nenhum movimento de retorno, enquanto perdurarem as duas greves.
50 Realizado o esclarecimento e dando continuidade à ordem do dia, Sr. o Presidente, Júlio

1 Chebli, deu início ao item 3 da pauta, qual seja, **Referendar o nome indicado pelo**
2 **Reitor para exercer a função de Presidente do Conselho Curador da FADEPE/JF.**
3 Júlio Chebli informou que indicaria a professora Nádia Raposo, Pró-Reitora adjunta de
4 Pós Graduação e Pesquisa. Destacou que Nádia é uma pesquisadora nata e que, além
5 disto, foi coordenadora do Critt. Encaminhada a indicação para deliberação, o Conselho
6 Superior aprovou por maioria, com 35 (trinta e cinco) votos favoráveis e 7 (sete)
7 abstenções. Dando continuidade à reunião, o Sr. Presidente passou para o 4º item da
8 pauta: **Processo Nº 23071.014921/2014-25, Nova Estrutura Organizacional da**
9 **Administração Superior da UFJF - Alterações no Organograma (Relatora:**
10 **Conselheira Gessilene Zigler Foine).** A Conselheira Gessilene explicou que foram
11 feitas as modificações que já ocorreram na estrutura organizacional e que, inicialmente,
12 ela iria fazer uma proposta do organograma para ser apresentada na reunião do
13 Conselho Superior. Contudo, a Conselheira explicou que está sendo realizada uma
14 revisão do organograma da universidade como um todo, não só para o primeiro escalão,
15 mas também segundo e terceiro, pelo fato de haver um número contábil de funções a
16 serem distribuídas dentro da Universidade. Desta forma, a Conselheira solicitou a
17 retirada de pauta deste processo para que o organograma possa ser trazido depois que o
18 trabalho estiver finalizado. O Conselho Superior aprovou por maioria, com 6 (seis)
19 abstenções a retirada de pauta do processo. A seguir, o Sr. Presidente deu início ao 5º
20 item da pauta: **Processos de Mudança de Regime de Trabalho Docente (Relatora:**
21 **Conselheira Gessilene Zigler Foine). Processo Nº 23071.006857/2015-90 – Leopoldo**
22 **Antônio Pires. Processo Nº 23071.002002/2015-90 – André Avarese de Figueiredo.**
23 **Processo Nº 23071.004277/2015-68 – Rodrigo Ferraz de Almeida. Processo Nº**
24 **23071.004277/2015-68 – Rodrigo Ferraz de Almeida. Processo Nº**
25 **23071.020509/2013-96 – Alinne Nogueira Silva Coppelus.** O Presidente esclareceu que
26 estes processos foram trazidos para o Conselho Superior, pois há uma recomendação da
27 CGU que toda mudança de regime de trabalho excepcional, que eles consideram 40
28 (quarenta) horas, precisa ser julgada pela CPPD. O Presidente do Conselho, Júlio Chebli
29 informou que a CPPD foi aprovada na última reunião do Conselho e que, findando a
30 greve dos docentes, a comissão vai iniciar os trabalhos. Na ausência da CPPD, ou seja,
31 enquanto não é constituída, cabe ao Conselho Superior decidir as mudanças
32 excepcionais em regime de trabalho. A Conselheira Gessilene propôs a criação de uma
33 comissão que fizesse uma análise inicial dos processos, num tempo máximo de 30 dias,
34 que permitisse trazer ao Conselho um relatório com uma proposta, com análise da situação.
35 A Conselheira sugeriu que a Comissão fosse constituída pela professora Ana Claudia
36 Peters, pela visão da Graduação, a professora Aline Araújo Passos, visando ter alguém
37 da área das profissões regulamentadas, o professor Wilhelm Passarela, por ter uma visão
38 mais rigorosa ou mais restrita em relação às 40 horas. A Conselheira destacou que ela
39 também participaria da Comissão, pois possui o controle dos processos. Pontuou, ainda,
40 que o objetivo não é fazer um trabalho definitivo. É fazer análise dos processos que
41 estão parados até a CPPD entrar em funcionamento. A CPPD irá normatizar onde
42 caberão as 40 horas. É um trabalho temporário, ressaltou a Conselheira. A Conselheira
43 Gisele Moreira destacou que essas questões que envolvem carga horária de professor
44 estão associadas ao sindicato. Ela sugeriu que estes processos sejam disponibilizados
45 para que os Conselheiros possam analisar com calma, pois às vezes há dificuldade de
46 análise só a partir da leitura na reunião. Ela ressaltou que isto, inclusive, iria agilizar a
47 reunião, porque os Conselheiros já teriam uma posição. Ela pontuou que este é apenas
48 um pedido, que pode ser acatado ou não. A Conselheira Gessilene informou que, desde
49 que o processo não tenha sigilo, ela não vê problema em disponibilizar. Contudo,
50 aqueles processos que incluírem alguma manifestação médica, ela entende que devem

1 ser restritos. Colocada em votação a proposta de criação da comissão para analisar esses
2 processos até que a CPPD esteja composta e em atividade, o Conselho Superior aprovou
3 por maioria, com 5 (cinco) abstenções. O Senhor Presidente, então, deu início aos
4 **Assuntos Gerais**. A Conselheira Ana Cláudia informou que o Pibid (Programa
5 Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), um programa financiado pela Capes de
6 incentivo a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, terá um
7 corte drástico de recursos. Ela explicou que a UFJF, que tem cerca de 200 bolsistas,
8 provavelmente, terá apenas entre 30 ou 50 bolsistas para o próximo ano. Em vista disso,
9 ela informou que no dia 15 de outubro haverá uma audiência pública na Câmara dos
10 Deputados, em Brasília, onde os coordenadores institucionais dos Pibids das diferentes
11 instituições de ensino superior vão levar, orquestrado pela coordenadora do Pibid suas
12 cartas de apoio das suas respectivas instituições. Ela informou que o coordenador
13 institucional do Pibid na UFJF é o professor Paulo Beledato, da Física, e o vice-
14 coordenador é o professor Paulo Menezes. Ana Cláudia informou que estes professores
15 estão solicitando o apoio da Prograd. Desta forma, a Conselheira solicitou a permissão
16 do Conselho Superior para poder emitir um documento de apoio da UFJF a esse
17 programa. Informou que os professores coordenadores do Pibid da UFJF pretendem ir a
18 essa audiência pública em Brasília. O Senhor Presidente colocou em votação a moção
19 de apoio para a manutenção do Pibid, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir, o
20 Conselheiro Paulo Dimas solicitou a palavra e procedeu a leitura da Nota de Repúdio
21 feita pelo comando de greve por conta do corte do abono de permanência, o que afeta os
22 TAEs e os professores da Universidade. Os Conselheiros: Lourival, Hélio e André
23 Martins destacaram a importância deste posicionamento contrário ao fim do abono de
24 permanência. O Conselheiro André Martins sugeriu ainda que o Consu se posicione
25 oficialmente a respeito do tema. O Presidente do Conselho encaminhou para a
26 deliberação a proposta do Conselheiro André de confecção de uma nota do Conselho
27 Superior a respeito do assunto, o que foi aprovado por unanimidade. A Conselheira
28 Neiva Ferreira Pinto informou ao Conselho que houve um rebaixamento, pela Capes, de
29 revistas da área de letras, literatura, linguística e estudos sociais. Ela informou não
30 houve aviso, não houve critério informado e o rebaixamento é retroativo a 2014, 2013.
31 Desta forma, ela explicou que quem tinha artigos publicados em revistas que eram A1
32 ontem, passaram a ser revistas C. Neiva então ressaltou que está, portanto, alertando a
33 todos, especialmente os conselheiros da área de humanas e letras. O Presidente do
34 Conselho solicitou que a Conselheira Neiva faça um ofício direcionado ao Pró-Reitor de
35 Pós Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI), Lyderson Viccini, para que seja
36 solicitado a Capes os esclarecimentos sobre os critérios utilizados no rebaixamento. O
37 Conselheiro André Martins registrou que está havendo problemas no banco de dados da
38 plataforma experimental “sucupira” e que alguns dados foram apagados. Ele destacou
39 que a plataforma apresenta insuficiência tecnológica e operacional e, portanto, registrou
40 a necessidade de um acompanhamento por parte da Universidade, para que os
41 programas não sejam prejudicados em razão das falhas desta plataforma. A Conselheira
42 Cristina Bezerra registrou que na Faculdade de Serviço Social também ocorreram
43 problemas na base de dados da plataforma. O Conselheiro e Pró-Reitor da PROPGPI,
44 Lyderson, solicitou aos diretores presentes na reunião que contatassem a PROPGPI e
45 enviassem dados concretos para que com base nessas informações detalhadas, a Pró-
46 Reitoria possa elaborar um documento e fazer alguma intercessão junto à Capes. A
47 Conselheira Andréa Vassallo Fagundes pediu a palavra e pontuou que está preocupada
48 com o que foi deliberado antes no Congrad, no que tange ao não adiamento do Pism.
49 Ela ressaltou que esta decisão repercute de forma drástica em cima do ensino médio do
50 Colégio de Aplicação João XXIII, que se encontra em greve. Desta forma, ela gostaria

de saber a maneira como deve pedir uma reconsideração desta decisão. Após debate entre os Conselheiros, a orientação foi de que a Conselheira Andréa remetesse um ofício ao Congrad, solicitando uma reconsideração da decisão, desde que haja respaldo legal para tanto. Caso o Congrad não se sinta à vontade para rever a decisão, a Conselheira poderá remeter ao Consu. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião secretariada por mim, Basileu Pereira Tavares, que para constar lavrei a presente ata que dato e assinox.

8

Basileu Pereira Tavares
Secretário Geral

Prof. Dr. Júlio Maria Fonseca Chebli
Reitor